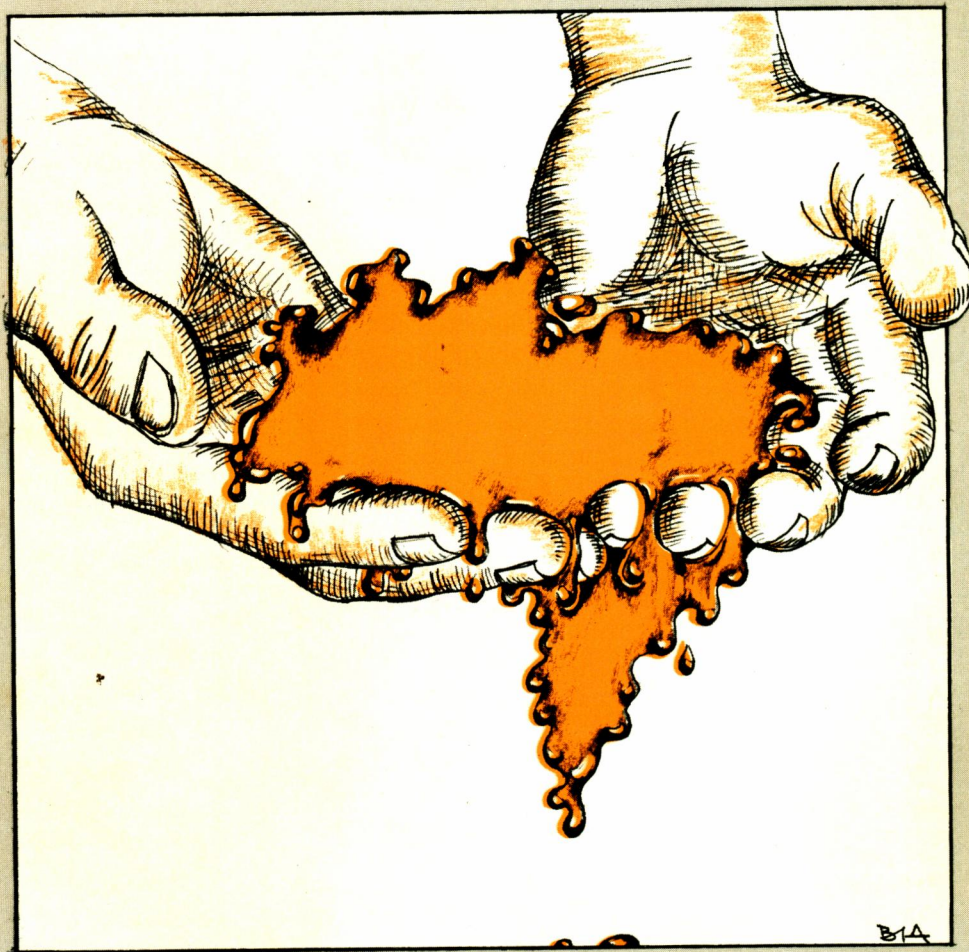


D31

A QUESTÃO NACIONAL



A REVOLUÇÃO "DESCONTROLADA" NA TV

Os meios de comunicação de massa na América Latina enfrentam o desafio da internacionalização nos anos 90.

SINDICALISMO E DEMOCRACIA

O IBASE está lançando a mais nova série de publicações sobre o Sindicalismo no Brasil.

COLEÇÃO SINDICALISMO E DEMOCRACIA.

Você vai encontrar a análise sobre as relações de trabalho existentes hoje, no país, e propostas para torná-las mais democráticas.

O PRIMEIRO NÚMERO TRAZ:

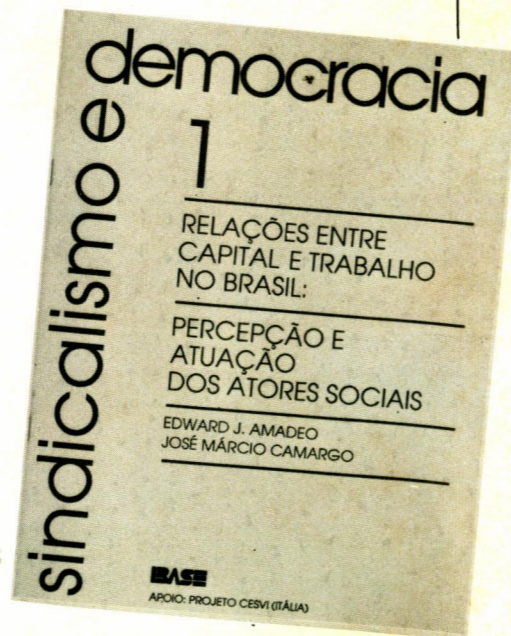
AS RELAÇÕES ENTRE CAPITAL E TRABALHO NO BRASIL: PERCEPÇÃO E ATUAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS.

Edward J. Amadeo
José Márcio Camargo

- As mudanças nas negociações coletivas;
- A evolução das organizações sindicais e empresariais nos últimos anos e as perspectivas para o futuro;
- O papel das Centrais Sindicais e das Confederações Empresariais.

Faça o seu pedido e confira!

Preço de lançamento:
Cr\$ 800,00



IBASE

Rua Vicente de Souza, 29
Botafogo - RJ Cep:22251
☎: (021) 286-0348

SUMÁRIO

POLÍTICA GLOBAL

Que país é este ?, 4

ENTREVISTA

Reinaldo Gonçalves, 6

ESPECIAL

Um país desorientado, 9

POLÍTICA ECONÔMICA

As desvantagens da conversão, 12

POLÍTICA DE COMUNICAÇÃO

A TV na América Latina, 16

POLÍTICA EDUCACIONAL

A escola no Brasil é uma comédia..., 21

OPINIÃO

O PCB continua, 24

EXPEDIENTE

Políticas Governamentais

Publicação mensal do IBASE

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

Rua Vicente de Souza, 29 - CEP 22251 - Rio de Janeiro/RJ

☎ (021) 286-0348

Tiragem: 3.000 exemplares

Conselho Editorial:

Átila Roque, Cândido Grzybowski, Carlos A. Afonso, Claudius Cecon, Celso Bredariol, Chico Menezes, Fernando Cotrim, Fernando Sá, Herbert de Souza, João Guerra, Luiz Gonzaga de S. Lima, Moacir Palmeira, Pedro Celestino, Ricardo Rebouças, Sérgio Ferreira e Sonia Fleury.

Editores Responsáveis:

Carlos Castilho e Sônia Dantas Guimarães.

Coordenação e Revisão de Textos:

André Luís Camara

Programação Visual e Produção Gráfica:

A 4 Mãos Ltda. - Rua Francisco Serrador, 2/704 - Rio de Janeiro/RJ

☎ (021) 220-3511

Editoração Eletrônica:

Afonso Fernandes de Araujo

Fotos:

Arquivo CETA/IBASE - Mariângela Furtado

Fotolitos:

Copifoto

Impressão e acabamento:

Gráfica MEC Editora Ltda.

AOS LEITORES

O QUE SERÁ ?

Neste número da PG, nosso principal tema é a questão nacional. Através dele, o IBASE procura chamar a atenção de seus leitores para um problema crucial e inadiável. Trata-se de pensar o Brasil, ou seja, o desafio que está sendo colocado diante de nós, como instituição e como integrantes desta sociedade, de retomar a discussão sobre a identidade e os rumos deste país. Esta preocupação com o nosso futuro é também, além da Política Global, a idéia central da entrevista com o economista Reinaldo Gonçalves e do artigo escrito por Herbert de Souza.

A crise nacional chegou a um ponto em que questões tais como controle inflacionário, política salarial, produção industrial, colheitas agrícolas, comércio externo, violência urbana, conservação do meio ambiente, funcionamento do legislativo e a administração da justiça só podem ultrapassar os dilemas atuais, caso sejam vistas no contexto da internacionalização da economia mundial. As sucessivas frustrações por que passamos, ao longo das últimas décadas, nos empurraram para uma situação onde não cabe mais as soluções paliativas. Temos agora diante de nós a tarefa de repensar um país inteiro.

É um desafio angustiante, porque, enquanto estamos procurando alternativas, a economia do Primeiro Mundo está sendo reorganizada aceleradamente conforme o figurino da internacionalização. Não podemos ficar à margem deste processo, mas também não poderemos simplesmente ser atrelados por ele. Nossa única forma de inserção na nova conjuntura mundial é através da reafirmação de nossos interesses nacionais, retomando um debate violentamente interrompido em 31 de março de 1964.

Os Editores

QUE PAÍS É ESTE?

O modelo econômico implantado pelo regime militar, e remendado ao longo dos últimos 27 anos por sucessivos pacotes salvacionistas, se esgotou. O país está agora diante da necessidade de retomar a discussão sobre seu projeto nacional.



A famosa pergunta feita há mais de dez anos pelo então ministro Francelino Pereira entrou para o anedotário político brasileiro como a expressão mais clara da incapacidade da cúpula do regime militar de entender o processo que empurrava o país para a redemocratização. Hoje, passados mais de dez anos, a mesma pergunta volta a ser feita já não por atônitos porta-vozes do autoritarismo, mas pelas mais lúcidas cabeças pensantes do país. A questão nacional tornou-se hoje o grande desafio para a sociedade brasileira, e é através dele que começamos a vislumbrar uma luz no fim do túnel escuro no qual entramos, desde o surto de perplexidade que tomou conta do país após o fracasso do governo Sarney.

Ao nos defrontarmos com a necessidade de definir que país é este e para onde queremos que ele vá, estamos na verdade chegando ao cerne do problema nacional. Estamos encerrando o ciclo autoritário iniciado em 1964, quando o golpe interrom-

peu o debate nacional sobre reformas na sociedade e no Estado. Quando o presidente João Goulart foi derrubado, o país estava mergulhado numa apaixonada discussão sobre reformas de base destinadas a romper históricos nós górdios existentes em nossa estrutura produtiva e na nossa organização social. Tratava-se, fundamentalmente, de modernizar o sistema de produção através de reformas na agricultura, na indústria, nos bancos, na política tributária, na educação, na estrutura urbana e na organização política, visando redistribuir riquezas e democratizar a sociedade, com o objetivo de aumentar o mercado interno, que é talvez o maior de todos os bens deste país, tão rico em recursos naturais.

Mas o debate reformador dos anos 60 acabou desvirtuado, tanto na esquerda como na direita, pela polarização ideológica mundial entre comunismo e capitalismo. O que no fundo não passava de um projeto de reformas para modernizar e ame-

nizar os efeitos predatórios do capitalismo brasileiro, acabou se transformando num formidável choque entre forças ideológicas internas, envolvidas pela guerra fria planetária. A radicalização inevitável, nas circunstâncias da época, levou a questão das reformas para outro rumo, quando o regime militar deflagrou a caçada ampla, geral e irrestrita a todos os que participaram da campanha pelas reformas. Ao longo dos últimos 27 anos, a preocupação reformadora foi congelada, e os nós górdios tornaram-se ainda mais apertados. Depois de um curto espasmo de euforia durante o chamado "milagre", despencamos ladeira abaixo rumo ao poço da pobreza, e hoje o país chega ao nível mais baixo de desorganização, injustiça, empobrecimento e desmoralização política em toda a sua história recente. A esperança tornou-se o artigo mais raro e procurado nas prateleiras vazias deste enorme e melancólico shopping center chamado Brasil.

O rosário de infortúnios e frustrações nos levou a descreer das soluções salvacionistas e messiânicas, materializadas nos sucessivos pacotes e planos econômicos. Os governos civis que se sucederam à redemocratização não atentaram para o funil em que entramos. Procuraram sempre paliativos, e, de remendo em remendo, chegamos ao ponto em que a falta de perspectivas nos colocou diante de um dilema crucial: seguir cegamente em frente ou parar para redescobrir quem somos e o que queremos. Seguir em frente significa insistir mais uma vez no esforço inglório e inútil de remediar o que já parece irremediável. A busca da identidade nacional representa uma tentativa de descobrir onde nos perdemos e como poderemos nos reencontrar com o espírito nacional.

A NOVA CONJUNTURA EXTERNA

A retomada das questões sem resposta desde 1964 ocorre agora nos anos 90, numa realidade radicalmente diferente. A Guerra Fria perdeu o seu ímpeto, a bi-polaridade entre Estados Unidos e União Soviética cedeu lugar a uma forte disputa entre três grandes pólos capitalistas (Europa, Japão e Estados Unidos) e a economia mundial vive um novo ciclo de crises. Já não existe mais o passionalismo da corrida armamentista entre Leste e Oeste. O Brasil já não vive mais sob um regime autoritário, onde as divergências com potências mundiais estão sujeitas a castigos militares em nome da democracia, como aconteceu recentemente no caso do Iraque. Também não podemos ser acusados de isolacionismo, porque o processo de desnacionalização e privatização impulsionado pelos últimos gover-

nos brasileiros escancarou as portas da nossa economia ao capital estrangeiro. E até o velho fantasma da ameaça comunista já foi exorcizado.

A internacionalização da economia brasileira está sendo apresentada agora como a panacéia para todos os nossos problemas. Mas a integração ampla e irrestrita aos mercados estrangeiros aglutinados em torno dos Estados Unidos, Europa e Japão só será uma solução se levar em conta os interesses nacionais. Sem saber o que queremos, e sem que esta vontade seja respeitada por parceiros externos, estaremos apenas aprofundando a mesma dependência e subordinação que, ao longo das últimas décadas, nos levaram ao ponto em que estamos. Está mais ou menos claro que o Brasil não pode mais ser uma "ilha econômica" e nem pode mais insistir na estratégia de querer produzir tudo o que consome. Mas também não há a menor dúvida de que, para logarmos uma inserção vantajosa no novo quadro econômico mundial, temos que defender aquilo que é fundamental para o desenvolvimento do bem-estar das pessoas que vivem neste país.

Hoje o Brasil é um país castigado por um dos mais injustos sistemas de distribuição de renda em todo o mundo. Temos nada menos do que 50 milhões de pessoas que simplesmente não podem consumir porque não ganham o suficiente para isto. Temos uma elite de não mais do que dez milhões de consumidores que podem pagar por bens e serviços, mas são em número demasiadamente reduzido para viabilizar investimentos de infraestrutura. Entramos na era da telefonia móvel, mas ainda apresentamos um dos mais baixos índices de aparelhos convencionais por habitante. Este é um exemplo típico da direção para a qual estamos sendo empurrados pelas forças do mercado internacional, onde as empresas transnacionais lu-

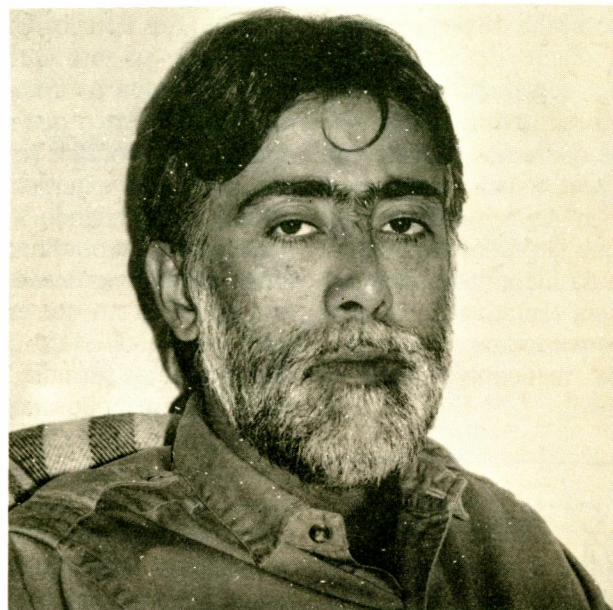
tam entre si pela hegemonia, buscando uma sofisticação tecnológica cada vez maior e voltada apenas para os consumidores de alto poder aquisitivo.

O mercado interno brasileiro é, junto com as riquezas naturais do país, a maior alavanca que temos para assegurar o nosso crescimento. A preocupação com os 50 milhões de marginais econômicos deste país não é meramente filantrópica ou assistencialista. É um capital que está sendo jogado fora e que poderia ser transformado no ponto de partida para a retomada do crescimento econômico. Para ampliar o mercado consumidor interno teremos que alterar a absurda concentração de riquezas, responsável pela desigualdade na distribuição da renda. Não se trata de empobrecer todo mundo pela simples preocupação com a justiça social. É preciso fundamentalmente libertar a capacidade produtiva que se encontra atualmente algemada pela cegueira das elites empresariais e financeiras. Esta é uma decisão que só os brasileiros podem tomar, melhor do que qualquer outro país ou governo, porque só nós sabemos onde o sapato aperta.

Os Estados Unidos estão fazendo todo o possível para enquadrar o Brasil dentro de sua órbita econômica, pois precisam aumentar suas exportações para financiar os investimentos necessários à reconquista da competitividade industrial perdida para japoneses e europeus. Só que as nossas necessidades atuais são distintas. Não devemos internacionalizar nossa economia só para que o setor mais rico da população brasileira possa consumir produtos tecnologicamente sofisticados. Nosso interesse nacional passa pela ampliação do mercado interno, e só na medida em que este objetivo seja buscado, é que a internacionalização se torna um projeto justificável para o país. □

REINALDO GONÇALVES

O Brasil está desvalorizado no cenário internacional porque seu governo sequer usa as técnicas elementares de um comerciante, pois deixou de valorizar o que tem, na hora de negociar com credores e parceiros estrangeiros. O professor de Economia Internacional da UFRJ, Reinaldo Gonçalves, argumenta que com isto o país será obrigado a aceitar uma integração ao mercado norte-americano em termos muito mais desfavoráveis dos concedidos pelo Japão e Europa a seus satélites econômicos.



PG - Em que direção apontam hoje as relações econômicas no continente americano?

REINALDO - Estamos vivendo um momento político importante no continente. A direção é no sentido de uma maior integração. Este processo está ocorrendo tanto na América do Norte, como na Central e na do Sul. A integração econômica geralmente surge como o resultado da crise econômica. Quando a economia mundial está muito ruim, os países tentam se defender de práticas predatórias e de uma situação instável do sistema econômico como um todo, se fechando em blocos. Isto aconteceu, por exemplo, nos anos 30 quando surgiram as Zonas do Franco francês e do Dólar. As grandes potências atraem países que foram ex-colônias e formam blocos. A crise dos anos 70 é que acabou

impulsionando o atual processo de integração. Nós estamos no MERCOSUL (Mercado Comum de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai) porque os anos 70 e 80 foram de crise. Os americanos também estão querendo se aproximar da América Latina porque perderam a competitividade e a hegemonia econômica no mercado mundial. A integração econômica, portanto, está estruturalmente mais marcada pelo defensivismo econômico do que pela preocupação desenvolvimentista.

PG - No caso da América Latina, esta integração será acelerada?

REINALDO - Acho que não. Existe uma desigualdade muito grande no continente, especialmente no MERCOSUL. O Brasil tem 80% da população e 80% do PIB do Cone Sul do continente. Argentina,

Paraguai e Uruguai olham para nós como se fôssemos ajudá-los. Mas isto será muito difícil. No fundo a integração vai beneficiar principalmente às grandes empresas transnacionais, que vão usar este processo para racionalizar a alocação de recursos dentro do bloco regional.

PG - A integração poderá trazer recursos para os países do MERCOSUL, por exemplo?

REINALDO - O modelo de integração que está se desenhando para a América Latina é um modelo de modernização conservadora. Vai-se procurar a racionalização e viabilização da estrutura produtiva com a expansão dos mercados. Mas esta expansão não vai ocorrer por conta de uma elevação do salário real. A estrutura produtiva não vai

se modificar muito e nem a estrutura de bens e serviços. O que vai haver é uma certa racionalização, que poderá levar a algum ganho setorial, mas o ganho para o conjunto dos países não deverá ser significativo. O que vai acontecer é uma consolidação do modelo de acumulação que gera a desigualdade de poder, riqueza e renda. Não vai haver um aumento de bem-estar significativo para os países da região.

PG - O MERCOSUL foi anunciado antes da Iniciativa para as Américas (nome do projeto de integração proposto pelos Estados Unidos). Ele é complementar ou visa dar aos países do Cone Sul um maior poder de barganha diante de Washington?

REINALDO - A Iniciativa para as Américas foi mais uma resposta, uma reação do governo norte-americano a este movimento de integração, do que o contrário. A pergunta que se deve fazer é: Porque os americanos lançaram a sua Iniciativa para as Américas? A primeira hipótese, mais conhecida como a do "Samurai Estrategista", é que eles tentarão fazer aqui o que os japoneses fazem no sudeste asiático, que é uma divisão intra-regional de trabalho, onde o Japão tem hegemonia. Eles deslocam suas empresas, seu comércio e suas finanças para o local onde eles têm condições de maximizar o conjunto de benefícios do seu capital, com uma perspectiva estratégica de longo prazo.

PG - Os Estados Unidos não estariam tentando ser os "cowboys estrategistas" na América Latina?

REINALDO - Os Estados Unidos poderiam estar pensando que, se não ocuparem a América Latina agora, os japoneses podem vir a ocupá-la devagarinho. Os europeus também, e inclusive os latino-americanos poderiam vir a se sentir donos do pedaço. Washington poderia estar, então, fazendo uma jogada econômica preventiva. Mas esta

hipótese do "cowboy estrategista" é a menos provável. A segunda hipótese, e a mais preocupante, é a de que os norte-americanos estariam interessados em criar uma simples reserva de mercado na área comercial. O que eles parecem mesmo decididos a fazer é aumentar as exportações para a América Latina. É o que poderíamos classificar como hipótese da "raposa no galinheiro", ou seja, o mais forte literalmente engolirá economicamente o mais fracos, ao contrário da retórica oficial que fala em associação.

PG - O nosso mercado chega a ser tão atrativo assim para os Estados Unidos, em comparação ao europeu e japonês?

REINALDO - Não. O que eles querem é vender para nós. Se eles têm uma tarifa preferencial, eles passam a ter muito mais competitividade aqui do que os europeus e japoneses.

O mercado latino-americano, apesar da crise atual, não é desprezível. A integração vai gerar renda e emprego para os exportadores norte-americanos. E esta exploração do mercado latino-americano vai se dar fundamentalmente através do comércio, e não através de investimentos. O que os Estados Unidos querem mesmo é reduzir o déficit comercial que eles têm atualmente com países como o Brasil. Quando eles falam de investimento, na verdade eles querem que os países permitam: 1. A repatriação mais fácil de capitais, porque necessitam de recursos para investir internamente e enfrentar a concorrência européia e japonesa; 2. Que neste sistema de "investimento" sejam mudadas as regras de liberalização econômica que vigoraram até agora. Nos anos 70 e 80 prevaleceu o critério do desempenho na avaliação da performance das empresas estrangeiras, que eram obrigadas a aceitar condições como quotas de exporta-

ção, geração de empregos internos e transferência de tecnologia. A grande jogada norte-americana agora é acabar com tudo isto.

PG - Qual, então, é o novo critério proposto pelos Estados Unidos?

REINALDO - Não há mais critério algum. A empresa se instala, sem restrições de qualquer espécie, salvo talvez nos setores vinculados à segurança nacional. Mesmo neste caso, tenho dúvidas na medida em que a privatização de empresas ligadas às Forças Armadas (Embraer, Celma, Engesa, etc.) deverão no futuro contar com a participação acionária estrangeira.

PG - Isto significa que a América Latina será transformada numa imensa "maquiladora" (empresas que simplesmente montam componentes estrangeiros)?

REINALDO - Não sei se isto acontecerá. Mas uma coisa é certa. Haverá uma liberdade maior no movimento de produtos, serviços, capital e tecnologia entre os países da região. Só um fator sofrerá restrições: o trabalho.

Se você quiser montar uma empresa de construção e levar trabalhadores latino-americanos para fazer um edifício na Flórida, por exemplo, os norte-americanos não vão deixar. O que vai acontecer com esta falta de restrições será uma grande perda de soberania. Perde-se controle e soberania no âmbito comercial, tecnológico, industrial, na balança de pagamentos e na área macro-econômica. Se os entendimentos com os norte-americanos forem feitos mantendo as normas e critérios de cada país, a integração não será tão desequilibrada. Eles ganham alguma coisa, mas nós ganhamos outras. Se na política de integração o Brasil abrir mão dos seus instrumentos de controle interno, a tendência é perder, principalmente quando se está com um poder de barganha muito reduzido, como é o nosso caso. O

erro gravíssimo do governo Collor é que ele fez concessões exageradas mudando o comportamento de administrações anteriores, inclusive no período militar, que mesmo não sendo nacionalistas, tentavam, no entanto, manter um mínimo de firmeza diante dos Estados Unidos.

PG - Esta mudança levou a alguma coisa?

REINALDO - Não levou a nada. Collor fez tudo o que os norte-americanos queriam, mas até agora só conseguiu arranjar, como retribuição, cerca de US\$ 100 milhões, via Iniciativa das Américas, uma quantia ridícula. Se os principais bicheiros do Rio do Janeiro se juntarem, eles duplicam esta quantia, num fim de semana.

PG - O México é um modelo para o Brasil?

REINALDO - Não é. O México é usado como exemplo desde 1983, só que, nesta ocasião, o México entrou numa recessão profunda. O padrão de vida dos mexicanos caiu de forma extraordinária. Desde novembro de 1982, quando foi assinada a primeira carta de intenções com o FMI, e até o final dos anos 80 não houve nenhum resultado capaz de compensar as concessões feitas. Os Estados Unidos são muito menos rigorosos com os mexicanos do que com o Brasil, e isto muito por conta de problemas geopolíticos. Mas há ainda uma outra razão. O México sempre teve uma tradição de política externa independente. Ele tinha, portanto, que ser "cooptado" a um preço mais alto do que o do Brasil. Hoje valem muito menos do que valíamos há oito anos e, seguramente, vamos ter um tratamento, por parte do FMI, muito mais duro do que o dado ao México. A grande jogada mexicana que não deu certo, e que, apesar disto, está sendo copiada agora pelo ministro Marcílio Marques Moreira, é deslocar o ônus do pagamento da dívida para daqui a

quatro anos. Os mexicanos fizeram isto em 1983, adiaram os pagamentos para 87 e tiveram que renegociar novamente. Collor quer fazer o mesmo para 1994. O adiamento do ônus da dívida vai colocar o sucessor de Collor diante da desagradável necessidade de ter que negociar com Washington, antes de poder fazer qualquer coisa em termos de governo. É uma forma de criar antecipadamente uma tutela estrangeira sobre o próximo presidente brasileiro. Este vai ser um dos componentes da desastrosa herança que Collor vai deixar para o Brasil em 1995.

PG - O caso mexicano pode ser considerado um teste da aplicação da Iniciativa para as Américas?

REINALDO - Há diferenças importantes entre o caso mexicano e o caso brasileiro. No Brasil, o fator geopolítico não pesa tanto como no caso do México. As atitudes norte-americanas com relação ao governo brasileiro vão ser determinadas basicamente pelo empenho em garantir os 15 bilhões de dólares investidos aqui por multinacionais e os 20 bilhões que devemos a bancos norte-americanos. Eles querem garantir e controlar o uso deste dinheiro, e a forma escolhida é reduzir ao máximo nossa capacidade de agir soberanamente.

PG - Você acha que o MERCOSUL pode provocar fricções com a Iniciativa para as Américas?

REINALDO - Não, pois acho que nenhum dos países do MERCOSUL têm um projeto político que seja conflitivo com a Iniciativa. Já falamos das duas saídas possíveis para o projeto americano, ou seja a do "Cowboy estrategista" e a da "Raposa no galinheiro". Mas existe uma terceira hipótese. A de que a Iniciativa para as Américas não seja mais do que um jogo de palavras. O fato é que na agenda da administração Bush, a América Latina, abaixo do México, não tem muita impor-

tância atualmente, principalmente depois do colapso do sistema comunista. Bush pode ter lançado a Iniciativa mais para dar uma satisfação aos latino-americanos do que para qualquer outra coisa. Eu particularmente estou inclinado a aceitar esta terceira hipótese, porque até agora não vi no programa norte-americano nada capaz de efetivamente contribuir para uma alavancagem de nosso desenvolvimento econômico.

PG - O fato de não sermos considerados importantes, não poderia nos dar uma certa margem de manobra?

REINALDO - Daria se nós tivéssemos um projeto alternativo de desenvolvimento e não este programa de modernização conservadora implantado por Collor. Estamos caminhando guiados por interesses que não são estritamente nacionais. Um modelo alternativo passaria por outro tipo de racionalização da estrutura produtiva, de distribuição de riquezas, que é exatamente o que os norte-americanos não desejam. Se mudarmos a nossa estrutura interna, eles vão perder. O modelo alternativo exigirá o fortalecimento da institucionalidade democrática, que por sua vez passa pela recuperação da soberania. A integração com vulnerabilidade externa crescente é perfeita para o governo Collor. Ele desorganizou tudo em nome da modernização conservadora. Agora o presidente começou a remontar a estrutura. Mas só está reconstruindo aquilo que interessa aos capitais estrangeiros.

O Brasil, junto com a América Latina, está marchando não para uma integração soberana, mas para uma inserção subalterna no mercado mundial, o que vai aprofundar a vulnerabilidade externa do continente e reduzir a sua soberania política. Por esta razão a chamada "Questão Nacional" deve permanecer como prioridade no debate político, nos próximos anos. □

UM PAÍS DESORIENTADO

O Brasil é hoje uma nação sem rumo. Não tem Estado, não tem mercado. Tem pernas, mas não anda. Tem empresários, mas não cresce. Tem milhões de pobres, mas não tem revolta. Tem fome, mas não tem saques. Tem cidadãos, sem cidadania.

HERBERT DE SOUZA
Sociólogo e secretário-executivo do IBASE

Vários são os sintomas de que as coisas vão muito mal e que estamos chegando ao momento da solução. Sente-se no ar que algo tem que ser feito, porque do modo como está não pode continuar. Um operador qualificado da Petrobrás não pode ganhar só 111 mil cruzeiros mensais. Um médico, uma professora primária, um coronel, não podem ganhar só o que estão ganhando. A massa assalariada brasileira dos setores público e privado não pode ganhar apenas o que está ganhando agora. O viver é agora, e quando o viver fica impossível por causa da inflação, algo tem que acontecer. As greves se sucedem. O desespero se agrava. Os militares começam a fazer declarações. A pressão aumenta. A panela pode explodir. Tudo parece calmo, mas não está. Tudo pa-

rece em paz, mas a guerra apenas espera seu instante.

A política econômica do governo federal quer paralisar o imparalisável, quer ignorar a vida. Quer governar o Brasil de fora para dentro, do laboratório para a realidade, da dívida para o PIB. Quer estabilizar uma situação insustentável, sacrificar ainda mais os que sempre pagam o pato e ainda se mantêm naquela postura de que o papel principal do atual governo é tornar o Brasil um país impossível, parado, desnorteado, nocauteado na esperança de que assim, tonto, possa entrar pela porta da modernidade no terreno do Primeiro Mundo, como por acaso. Mas, o Brasil não acontece no New York Times.

A política econômica ainda quer aplicar no país tudo o que na maio-

ria dos outros países do mundo é impossível: colocar um fim no desenvolvimento, acabar com o Estado e viver da doce ilusão de que, sem recursos e políticas privadas e públicas de investimento, o país possa se realizar através da abstração das leis do mercado.

Tivemos, isto sim, o desenvolvimento de certos negócios que rendem muitíssimo para muito poucos, e é essa a crise que vivemos hoje.

Durante anos identificamos o desenvolvimento com o Estado. Não se falava em mercado. Hoje se pre-



tende identificar o desenvolvimento com o mercado, acabando com o Estado. Na verdade, mercado e Estado aqui sempre andaram juntos em benefício de uns poucos, mas esse benefício foi tão grande que foi capaz de colocar o Brasil entre as maiores economias capitalistas do mundo. Não tivemos nem o desenvolvimento sem o Estado, nem o Estado do desenvolvimento, e muito menos do bem-estar (exceto, por exemplo, o bem-estar de advogados e médicos-empresários que esgotam a imensa vaca chamada INSS em proveito próprio, vitimando muitos com o dinheiro de todos). Tivemos, isto sim, o desenvolvimento de certos negócios que rendem muitíssimo para muito poucos, e é essa a crise que vivemos hoje. Acabamos por desmoralizar o desenvolvimento e o Estado.

Todos queremos o desenvolvimento e seus benefícios: emprego, bons salários, qualidade de vida, estabilidade, segurança, saúde, educação. Mas não temos. Antes das décadas de arbítrio militar, tínhamos um Estado que promovia algum tipo de desenvolvimento e fornecia bons serviços públicos para uma minoria – até a escola pública funcionava naqueles idos! Hoje, temos um Estado que brigou com idéia de desenvolvimento e só pensa na pseudo-estabilidade do que existe – a perpetuação da crise sob a máscara do mercado para perpetuar privilégios seculares. Um Estado que tenta se suicidar de forma sistemática, através de uma reforma que não anda nem para a frente nem para trás, que se afunda no pântano de sua própria impotência.

E é aqui que se retoma a ques-

tão nacional. A equação no passado era clara: aqui existia a idéia de uma Nação com um projeto de desenvolvimento, com um Estado comprometido com a implementação desse projeto e com uma sociedade civil organizada em torno do processo político que disputava os benefícios do desenvolvimento e a direção do Estado. A questão nacional era portanto saber quem era a Nação beneficiária de que desenvolvimento.

Naquele tempo, se vivíamos atrelados a determinações internacionais, o ponto de referência era nacional. Nem poderia ser de outra forma, pois a essência da questão nacional é política – a política de garantir o bem-estar no interior de uma Nação por obra de sua própria sociedade civil e Estado. O externo podia determinar, mas o interno era o determinante. Fazia sentido falar

CONHEÇA O MAIS NOVO LIVRO DO SOCIÓLOGO HERBERT DE SOUZA (BETINHO)

ESCRITOS INDIGNADOS Democracia X Neoliberalismo no Brasil

Discordar, duvidar, questionar ... participar !

É o que recomenda o sociólogo Herbert de Souza, em seu mais recente livro, Escritos Indignados.

Uma coletânea de artigos publicados nos grandes jornais do país, onde o autor faz sua crítica ao Estado liberal e autoritário, e propõe a democracia como saída para os problemas da Política, Economia, Cultura, Saúde, Ecologia, Violência e Comunicação.

Uma co-edição da Editora Rio Fundo e do IBASE.

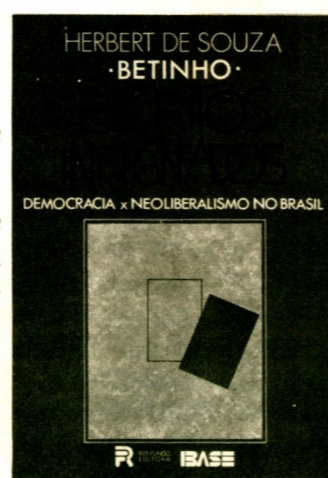
Faça o seu pedido e receba o exemplar autografado por BETINHO!!!

CR\$ 2.500,00

IBASE

Rua Vicente de Souza, 29 - Botafogo - Rio de Janeiro - Cep: 22251

☎: (021) 286-0348



em Nação, e o Estado fazia sentido. Getúlio podia ser o autoritarismo, mas seu discurso para os trabalhadores os referia à Nação. Goulart tentou as Reformas de Base como reformulação da Nação. Jânio foi uma tragédia, que não merece ser esquecida, apenas por ser uma lição.

O golpe de 1964 começou uma obra de destruição do que entendemos por projeto nacional, que ainda não terminou. Não terminamos de descer para o fundo do poço e já nos falta muito ar. O período da ditadura militar foi internacionalizando o país, fortalecendo a economia e o Estado em detrimento da sociedade civil, minando portanto a possibilidade de um projeto democrático de Nação – e assim contrariando a essência política da questão nacional. Quando a democratização chegou, junto chegou a crise do desenvolvimento da própria noção de Nação e de Estado. Eram todos partes do mesmo desvio, não tinham o rumo

da sociedade, da democracia.

A Nova República significou o fim da ditadura, mas, sob a direção política lamentável de um Sarney, foi incapaz de restaurar o projeto nacional e acabou por destruir de

**O capital não vem
mais para o Brasil
e o Brasil não sabe
o que fazer sem ele.**

forma sistemática a economia, o Estado e a Nação. Sarney foi um liquidacionista consumado. A história ainda fará justiça à sua obra demolidora. Deixou que a sociedade civil tentasse cuidar de reconstruir a democracia enquanto ele, apoiado num esquema político-militar com os pés no passado, cuidava de transformar o Brasil num resto.

Collor, apoiado paradoxalmente

em 35 milhões de votos diretos, tenta realizar o que Sarney não teve tempo para concluir – destruir os restos do que sobrou, indiferente ao que terá nas mãos. Collor não chegou ao poder pelos caminhos da Nação. A elite e os descamisados não teriam, por razões diferentes, por que serem fiéis à idéia de Nação.

Graças às conquistas acumuladas pela energia democrática de uma sociedade que lutou todo esse tempo pelo futuro, vivemos hoje o paradoxo. Temos liberdade de movimentos, mas a direção é ainda para baixo. A internacionalização capitalista do Brasil entrou em crise e nenhum projeto de desenvolvimento que tenha a nação brasileira como referência consegue ser dominante no cenário. O capital não vem mais para o Brasil e o Brasil não sabe o que fazer sem ele. Acredita que sem capital não há futuro. Perdeu-se como país, perdeu-se como Nação. Não tem Estado e nem mercado. Tem liberdade, mas seus atores não exercitam a liberdade conquistada. Tem pernas, mas não anda. Tem inteligência, mas não assume suas propostas. Tem trabalhadores, mas não tem greve geral. Tem empresariado, mas não tem desenvolvimento capitalista. Tem milhões de pobres, mão não tem revolta. Tem fome, mas não tem saques. Tem presidente, mas não tem direção. Tem cidadão, mas não tem cidadania. Tem uma Constituição que não se cumpre. Tem um Congresso que não exerce plenamente sua soberania e uma Justiça que tarda e falha frente à realização da Lei.

O Brasil é hoje um país que não sabe o que fazer de si mesmo – nisso se resume a questão nacional. □



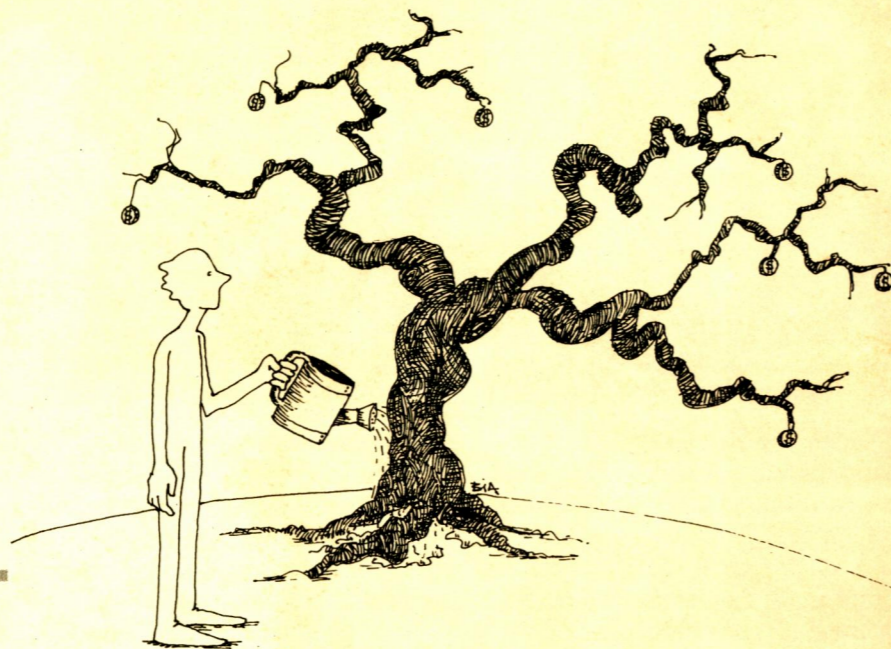
SEUS AMIGOS VÃO AGRADECER!

Recomende a leitura e também a assinatura da PG.
Final, amigo é pra essas coisas...

AS DESVANTAGENS DA CONVERSÃO

Lançado como uma espécie de "ovo de Colombo", o programa de conversão da dívida brasileira em ecologia não irá resolver nosso problema de caixa, nem muito menos a questão da destruição ambiental.

MARIA CLARA COUTO SOARES
Pesquisadora do IBASE



A proposta de conversão da dívida externa para o financiamento de projetos ecológicos surgiu em meados dos anos 80, formulada por entidades ambientalistas norte-americanas preocupadas com os efeitos destrutivos e a ameaça potencial que o pagamento da dívida pelos países do Terceiro Mundo representava para o meio ambiente. O mecanismo proposto consiste na compra de títulos da dívida externa no mercado secundário, com deságio, por organizações dos países centrais e em sua "troca" por moeda ou títulos do país devedor, a serem aplicados no financiamento de projetos ecológicos. Apresentada como verdadeiro "ovo de Colombo", a proposta acenava para o melhor dos mundos, na medida em que possibilitaria a redução da remessa de divisas para o

exterior por parte dos países endividados, ao mesmo tempo que canalizaria recursos para projetos ecológicos vitais para a sobrevivência da humanidade.

A partir das experiências já concretizadas em diversos países como Bolívia, Equador, Costa Rica e México, os esquemas de conversão da dívida para ecologia vêm sendo duramente questionados, inclusive por aqueles que deveriam ser seus principais beneficiários — as populações locais.

A proposta de conversão da dívida para ecologia emerge no momento em que se acentua a percepção de duas crises. De um lado, a constatação da ameaça que representa a rápida degradação ambiental em curso. De outro, o reconhecimento da inviabilidade do

pagamento da dívida, cerne do surgimento de mecanismos alternativos para sua administração, dentre os quais os mecanismos de conversão. Ambas as crises possuem um caráter claramente estrutural e evidenciam sinais de esgotamento do padrão de desenvolvimento do qual fazem parte.

Mas em que medida a conversão para ecologia poderá enfrentar essas crises e de que forma ela se articula com os interesses em jogo nesse processo?

Recentemente assistimos o debate ecológico ocupar progressivamente lugar de destaque no cenário mundial, evidenciando o caráter estratégico da ecologia na rearticulação da ordem internacional. Banqueiros, industriais, empresários e organismos estrangeiros transfor-

mam-se em aliados da causa ecológica. Simultaneamente à adesão desses inesperados interlocutores, principais agentes da deterioração das condições ambientais no mundo, verifica-se a veiculação de uma imagem pretensamente consensual ao debate. Termos como desenvolvimento sustentável, manejo racional de recursos e tecnologias limpas são utilizados como capazes de fazer convergir, através do senso comum, os projetos de todos aqueles que postulam a preservação do planeta.

A preocupação central daqueles atores, entretanto, limita-se à definição de uma estratégia de gestão do meio ambiente, a nível mundial, capaz de assegurar a preservação da natureza, vista somente enquanto um bem limitado e necessário para a continuidade do padrão de acumulação capitalista.

A crença no avanço tecnológico como fator de industrialização limpa e ecologicamente aceitável, a quantificação dos custos ambientais e a implementação de medidas sociais paliativas são instrumentos desse projeto liberal desenvolvimentista, que mantém, em seu cerne, os alicerces básicos do atual padrão de acumulação socialmente perverso e ecologicamente irresponsável.

A CONVERSÃO E O PROJETO NEOLIBERAL

Assim, por detrás da veiculação de um discurso aparentemente consensual, está a tentativa de tornar hegemônico esse novo projeto de gestão ambiental, afastando de cena o confronto com interlocutores que identificam no próprio modelo de desenvolvimento (sua base tecnológica, sua organização social de produção, seu padrão e processos de acumulação, etc.), as raízes básicas da degradação sócio-ambiental.

A proposta de conversão da dívida para ecologia se atém aos limites impostos por esse projeto "moderno" de renovação liberal. A conversão pressupõe a possibilidade de reversão do atual quadro de degradação ambiental sem a alteração dos mecanismos globais de devastação inerentes ao modelo de desenvolvimento em vigor. A canalização dos recursos provenientes da conversão para a preservação de "ilhas ecológicas", à margem da destruição dominante, talvez seja o exemplo mais claro de sua sincronia com o projeto de gestão ambiental, que busca proteger áreas específicas, cuja importância em termos da biodiversidade e da riqueza genética vem se tornando bens de alto valor no mercado. A necessidade de preservação da biodiversidade e dos ecossistemas é inegável, mas se revela qualitativamente inviável em um mundo onde os processos de devastação ocorrem a nível internacional. Assim, as pressões decorrentes da manutenção dos atuais padrões de consumo nos países centrais, do aumento populacional e da miséria nos países pobres, ou dos efeitos da poluição industrial, ameaçarão continuamente a preservação desses guetos ecológicos. Pior ainda, refletem os pilares de um modelo que reproduz, incessantemente, as bases da devastação do planeta, embora pregue a sua preservação. Na Bolívia, primeiro país a se utilizar do mecanismo de conversão da dívida para financiar um projeto ecológico, inúmeros protestos vêm ocorrendo por parte de movimentos sociais, mostrando que a persistência de uma população faminta e desprovida de todos os recursos pressionará de forma incontrolável as áreas objeto de proteção. Aliás, a pobreza e a injustiça social no novo discurso ecológico liberal transformam-se em meros fatores de pressão ambiental, devendo também ser "melhor administradas", seja através de medidas

paliativas de controle da miséria, seja através dos programas de controle do próprio crescimento populacional.

Também no que se refere à dívida externa, a proposta de conversão para ecologia se revela uma alternativa incapaz de enfrentar a crise atual, além de remar no sentido contrário aos avanços obtidos por setores da sociedade civil e movimentos sociais na luta contra o endividamento. Vale lembrar que a idéia da conversão da dívida externa antecede o debate atual (da conversão para ecologia) e surge como decorrência do reconhecimento, por parte dos credores internacionais, de que a dívida externa é impagável nas condições contratuais vigentes. Tanto o surgimento do mercado secundário de títulos da dívida, quanto mais recentemente o anúncio do Plano Brady pelo governo norte-americano, evidenciam que os credores internacionais estão à procura de soluções alternativas para administrar o problema da dívida, de forma a minimizar perdas já assumidas como inexoráveis. A conversão é parte dessa estratégia, pois abre aos credores a possibilidade de ganhos como a obtenção de benefícios fiscais, a valorização dos títulos no mercado secundário, ou mesmo a realização de negócios extremamente lucrativos nos países devedores. Já para os países endividados e, mais especificamente, para as populações locais, as vantagens acenadas pela conversão são extremamente equivocadas e enganosas. Muitos argumentam que o processo de conversão para a ecologia tem especificidades que eliminam as características perversas dos demais esquemas de conversão, como o desencadeamento de efeitos inflacionários, por exemplo. Entretanto, isto tem ocorrido sobretudo em função do volume de recursos extremamente reduzido mobilizado até agora para este processo. Consi-

derando todas as conversões para ecologia já realizadas, atinge-se um valor de 97 milhões de dólares, menos de 0,01% da dívida global que hoje supera 1 trilhão de dólares.

SOCIEDADE PAGA A CONTA

Se considerarmos, por exemplo, a recente decisão do governo brasileiro, de aceitar a conversão de 100 milhões de dólares anuais da dívida para projetos ecológicos, veremos que atinge, a princípio, menos de 0,1% de nossa dívida global. Mesmo assim, o cancelamento da dívida correspondente em dólares corre o risco de ser meramente contábil, na medida em que o país efetivamente já não vem pagando a dívida nos termos e montantes previstos. Por

outro lado, a parcela a ser destinada para projetos ecológicos corresponde somente aos juros, fixados em 6% ao ano, ou seja, 6 milhões de dólares. Se desprezível para enfrentar os urgentes problemas ambientais do país, representa, ainda assim, um desembolso a ser feito pelos cofres públicos, já que não implica na entrada de "dinheiro novo". Dada a crise financeiro-fiscal do Estado brasileiro, esses recursos terão por base ou a emissão de dívida interna (realimentadora da inflação) ou serão elementos de pressão sobre sua capacidade fiscal, estimulando o aumento dos cortes nos gastos essenciais, arrocho salarial, etc. Assim, mesmo tratando-se de uma pequena parcela de nosso endividamento, quem efetivamente pagará a conta das conversões para ecologia será a população brasileira. Simultaneamente, teremos de continuar arcando com os efeitos ambientais e

sociais devastadores, resultantes da política de ajuste imposta pelos credores internacionais, cujo objetivo é assegurar a manutenção do pagamento dos 99,9% da dívida restantes, não incluídos nos seus "generosos" projetos de preservação ecológica.

Em suma, se a eficácia do esquema de conversão da dívida para ecologia é extremamente discutível, as desvantagens para a sociedade brasileira são amplas:

1. não representa a entrada de dinheiro novo, promovendo alívio apenas fictício das contas externas do país;
2. permite a transformação de títulos desvalorizados da dívida externa brasileira em títulos da dívida pública interna, reduzindo as perdas dos credores e penalizando a população brasileira, como decorrência da pressão fiscal sobre o Estado;
3. cria uma forma discricionária

VIDAS EM RISCO

ASSASSINATOS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL

Em três grandes centros brasileiros, no ano de 1989, foram mortos de forma violenta, 457 crianças e adolescentes, de acordo com os dados noticiados pela imprensa.

Estas e outras informações estão no mais novo lançamento do **IBASE**, em conjunto com o **Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR)** e o **Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV - USP)**.

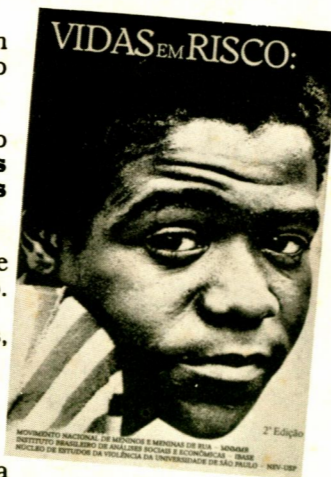
Um levantamento dos casos de violência contra crianças e adolescentes, nas cidades de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

E ainda, gráficos e tabelas que mostram o perfil dos crimes, dos criminosos e das vítimas do extermínio.

FAÇA O SEU PEDIDO AO IBASE e conheça a violenta realidade das crianças e adolescentes pobres no Brasil.

CR\$ 1.500,00

IBASE - Rua Vicente de Souza, 29 - Botafogo - Rio de Janeiro - RJ - Cep: 22251 - Tel.: (021) 286-0348



de alocação de recursos públicos, hoje extremamente escassos em virtude da crise e das formas perniciosas de sua administração. Embora a mobilização de recursos para o meio ambiente seja necessária, esta deve ser decidida a partir da avaliação ampla das prioridades de alocação de recursos públicos, num cenário onde as carências sociais são dramáticas, em todos os níveis;

4. não assegura a soberania do país nas decisões dos projetos a serem financiados, bem como põe em questão a possibilidade de gestão democrática dos mesmos, na medida em que a diversidade dos agentes envolvidos (bancos credores, entidades ambientalistas, governo e banco central locais) dificulta a participação efetiva das populações locais;

5. contribui para legitimar a dívida. Num momento em que até mesmo os países centrais já acenam com possibilidades concretas de redução do seu estoque global, enfraquecendo as contestações de diversos setores da sociedade civil e representando um retrocesso efetivo nas estratégias de luta contra o endividamento.

6. dilui as atenções da arena principal do conflito, onde o modelo de relações internacionais hoje vigente propicia a extração e transfe-

rência de parte significativa de nosso trabalho e de nossa riqueza para os pólos dominantes da economia capitalista. Em troca, introduz um elemento novo de disputa de dinheiro público, embalado por um discurso pretensamente consensual, que tem, nas bandeiras da ecologia, da cooperação e do desenvolvimento integrado, perigosas armadilhas.

A crise da dívida e a crise ecológica são crises globais, que extrapolam o Terceiro Mundo e que colocam em xeque a própria capacidade de reprodução do atual modelo de desenvolvimento. O que está em jogo é o sentido que prevalecerá nas transformações em curso. Se haverá simplesmente uma melhoria dos métodos de gestão ambiental e dos fluxos financeiros a nível internacional, ou se haverá rompimento com as fronteiras do atual modelo, permitindo a redefinição das relações dos homens entre si e dos homens com a natureza, a nível global. É nesse sentido, que a proposta da conversão da dívida se insere no projeto de reforma liberal que inspira este modelo.

No quadro das relações sociais deterioradas do Terceiro Mundo é impossível dissociar a questão ambiental do contexto global da ordem internacional. Para nós é imprescindível avançar na politização do dis-

curso ecológico e apontar para uma nova utopia. Isto significa também construir alternativas concretas para atacar a degradação ambiental no momento atual. Mas nossas propostas devem ter como eixo alternativas que neguem a dívida e questionem o conjunto das estruturas e processos econômicos e políticos do modelo atual, e que possibilitem um desenvolvimento democraticamente sustentável. A proposta de reserva extrativista do movimento dos seringueiros e dos povos da floresta é um exemplo claro nesta direção, pois questiona uma estrutura agrária perversa ao mesmo tempo que representa uma forma concreta de preservação de convivência harmônica com a natureza. Também a proposta de criação de um fundo internacional para o meio ambiente, custeado pelos países centrais, pode ser interessante, caso se conquistem formas de gestão capazes de assegurar a participação efetiva das populações e entidades locais envolvidas. Para o avanço nessa direção é extremamente importante a participação de organizações ambientalistas e de outras instituições da sociedade civil dos países centrais, o que pressupõe conquistar, para os marcos de nossa utopia, a solidariedade e o apoio por elas manifestados. □

ACABOU O SOCIALISMO. QUE HISTÓRIA É ESSA?

Leia

**VERMELHO
e
BRANCO**

ASSINATURAS: Tel.: (021) 255-5747 - Instituto de Estudos da Religião - Ladeira da Glória, 98 - Glória/RJ - CEP 22211



A TV NA AMÉRICA LATINA

Enquanto a economia latino-americana parou nos anos 80, o sistema de comunicação de massa no continente registrou, no mesmo período, uma modernização acelerada, colocando enormes desafios para a década de 90, pois o pluralismo informativo está ameaçado pela concentração de poder e pela internacionalização. (*)

REGINA FESTA
Jornalista e professora da USP



Estudiosos de diversas áreas avaliam que a década de 80 foi perdida em relação ao desenvolvimento dos países latino-americanos e a sua inserção na nova ordem internacional.

Os motivos foram amplamente discutidos: estagnação econômica, dívida externa dificultando o crescimento interno, protecionismos, fisiologismos, concentração da renda, descaso com as culturas autóctones, com as minorias, com o meio ambiente e, principalmente, o desrespeito aos direitos humanos. A isto se somam crises em vários setores como no relacionamento social, nos partidos políticos e na governabilidade, responsáveis pelo isolamento da América Latina nas grandes decisões internacionais e dos novos blocos econômicos mundiais.

Se do ponto de vista dos economistas, a década de 80 foi considerada uma década perdida, o mesmo não se pode dizer em relação ao campo das comunicações. Assistimos a um aumento singular de emissoras de televisão em todo o continente, o lançamento de satélites domésticos, o enlace mundial de satélites, a implantação e inserção na rede mundial de transmissão de dados, a introdução da TV por Cabo e por Assinatura, a abertura de emissoras em UHF, a formação de redes regionais de televisão, a introdução de parabólicas em todos os países, e a entrada indiscriminada de equipamentos de telecomunicações e de radiodifusão através das corporações internacionais, com o beneplácito da maioria dos governos e apesar das leis e protecionismos.

Todo esse desenvolvimento, implantado de modo desigual pelo continente, contraria toda intervenção pública corretora do processo democrático e tende, se não houver reação efetiva, a consolidar as desigualdades internas, regionais, entre os países, entre o Norte e o Sul, fortalecendo o mercado e as velhas relações de privilégio. Por outro lado, o atual processo de diversificação da mídia, empreendida por grupos informativos, coincide com uma maior concentração dos monopólios que, atuando como autênticos poderes paralelos, dificultam o pluralismo entendido como igualdade de direitos para a sociedade civil.

Assistimos, nos anos 80, a uma nova revolução no continente com alcances impensados e até há pouco tempo inimagináveis. Toda essa "re-

volução descontrolada" aumenta os desequilíbrios e coloca a América Latina frente ao mundo internacional com uma vulnerabilidade profunda. Mais do que nunca, dependemos dos países centrais e das corporações internacionais para enfrentarmos os grandes desafios do desenvolvimento, da democratização, da estabilidade social e econômica frente à nova ordem mundial.

MODERNIZAÇÃO SEM PLURALISMO

Vejamos o caso da televisão, considerado o meio de comunicação de massa por excelência. "Em 1989 existiam na América Latina e Caribe 516 estações de TV (VHF e UHF), excluindo o serviço de televisão por cabo. Argentina, México, Brasil, Chile, Colômbia e Uruguai são os países que concentram o valor mais alto de potência irradiada. Por outro lado, México e Brasil, com 54% da população latino-americana e caribenha, possuem 54% das emissoras de TV" e as duas redes mais potentes: a Televisa e a Rede Globo.

Ao contrário da Europa, a TV na América Latina já nasceu em mãos da propriedade privada, com perfeita assimilação do modo de operar norte-americano quanto à programação, publicidade e gerenciamento. Apesar da propriedade das ondas radiofônicas ser pública, as emissoras comerciais privadas do continente controlam 84,3% das estações registradas, segundo um levantamento realizado por Alejandro Alfonso, através do Ministério da Cultura da Venezuela e concluído em julho de 1990 (1).

Desse total, o Brasil possui mais de 200 emissoras e o México cerca de 200. O número de receptores na América Latina era estimado, em 1988, em 71 milhões de unidades.

Levando-se em conta que em cada lar cinco pessoas em média têm acesso ao aparelho de TV, calcula-se que 350 milhões de latino-americanos vêem televisão. Isto é, mais da metade da população, estimada em 1987 em 426 milhões de habitantes, tem acesso atualmente a esse meio, que consome mais horas de atenção do que qualquer outro. Nas capitais e grandes cidades de vários países, como, por exemplo, Buenos Aires, Lima, Caracas, Cidade do México, Quito, Santiago, Bogotá, São Paulo, mais de 90% das casas têm pelo menos um aparelho de televisão. Estima-se que nessas capitais, as pessoas assistam de três a cinco horas de televisão diariamente. Dentro desse contexto, dois aspectos são fundamentais: a programação e a legislação.

1. Programação - A nível mundial, a maioria dos programas são produzidos nos Estados Unidos, seguidos em menor grau pela Europa Ocidental e Japão (2). O conteúdo desses programas está conformado basicamente por temas de natureza recreacional e entretenimento, como filmes e esportes, segundo um estudo da UNESCO (3). Em 1986, os Estados Unidos exportavam para o Terceiro Mundo 150 mil horas de programa. Na América Latina, 77% da programação das televisões nacionais provêm dos Estados Unidos, enquanto a presença da Europa é praticamente insignificante, com apenas 4%. O quadro abaixo mostra a porcentagem de programas importados pelos países latino-americanos (4):

Argentina, 40%
Bolívia, 80%
Brasil, 39%
Chile, 54%
Colômbia, 45%
Equador, 79%
Peru, 70%
República Dominicana, 40%
Uruguai, 68%
Venezuela, 57%

O custo de compra desses programas varia de país para país. O Chile, por exemplo, pagou em 1980 cerca de US\$700 a US\$800 por hora de programa, ao passo que o Equador, em 1989, pagou em média de US\$400 a US\$700 por hora. Alguns filmes, como por exemplo, "Guerra nas Estrelas", custaram à Televisa, do México, US\$200 mil, enquanto pacotes de filmes mais baratos podem custar US\$4 mil.

Dependendo das negociações, o custo unitário de filmes pode chegar a até US\$300. Já o custo unitário da produção local é variado. Segundo estimativas, também da UNESCO, uma emissora de televisão, para transmitir 100 horas semanais, necessitaria de um orçamento variável de 16 a 52 milhões de dólares anuais para produção. Portanto, se a maioria das televisões da América Latina não importassem programas de baixo custo, elas seriam inviáveis economicamente.

2. Legislação - Em nenhum país da América Latina foi elaborada uma política e uma legislação democrática sobre os meios de comunicação. Várias tentativas foram feitas no Brasil, México, Venezuela, Peru e Colômbia, onde setores da sociedade civil e governamentais tentaram alterar a prática, o controle e a gestão da propriedade dos veículos de comunicação de massa, sem entretanto lograr mudanças efetivas no processo hegemônico de comunicação.

Assim, a década de 80 foi marcada pela presença autoritária da televisão na vida pública e privada dos latino-americanos, que assistiram, à margem, o crescimento vertiginoso das networks, das emissoras locais e regionais em VHF, UHF, SHF, por cabo e das emissões transfronteiras por satélite. No Brasil, o Plano de Distribuição de Canais e Frequências previa para a televisão, em 1988, um total de 319 espaços, dos quais 258 preenchidos até o fi-

nal do mandato do presidente Sarney, restando disponíveis apenas 19,1% das frequências (5).

DESAFIOS PARA OS ANOS 90

Os anos 90 chegam trazendo grandes desafios no campo da comunicação para a democratização das sociedades latino-americanas. No Brasil, a Constituição obriga a regulamentação de vários artigos, que podem levar a novas formas de organização do poder das emissoras na sociedade e nas regiões; ao pluralismo nas concessões; ao direito de resposta; à defesa da privacidade; à participação da sociedade no controle da informação e das mensagens; à produção regionalizada da cultura e da informação. Tudo vai depender da capacidade de articulação da sociedade civil e da atuação dos partidos e dos novos parlamentares no Congresso Nacional. Na Venezuela, o governo desenvolve um Plano Diretor destinado a reforçar a capacidade de cobertura, difusão, transmissão, produção, programação e operação dos canais culturais 5 e 8, pertencentes ao Estado. Este projeto está respaldado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pela União Internacional de Telecomunicações.

Na Colômbia, iniciou-se em 1989 um processo para a definição e execução de políticas de comunicação com participação da sociedade civil, aprovado pelo Congresso Nacional. Nesse país talvez estejam ocorrendo as experiências mais elucidativas do continente quanto à regionalização, onde a produção local e a existência de TVs regionais são exigências legais. As emissoras gozam de total independência a nível de produção e elaboração da programação, podendo inclusive importar

programas para transmissão local. No Equador, o Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, de 1989 a 1992, propõe a formulação e execução de uma política de comunicação e reivindica o papel do Estado democrático na elaboração de uma política setorial.

No México, acaba de ser criado o Conselho Consultivo de Televisão e o Comitê Assessor do Conselho Nacional de Meios Audiovisuais, com participação da sociedade civil. O Fórum Popular sobre Comunicação, que existe desde meados dos anos 80, acaba de realizar o primeiro concurso de roteiros para as televisões do México. A Bolívia, no começo dos anos 90, solicitou uma missão da UNESCO para examinar e sugerir fórmulas para a modernização e democratização de todo o seu sistema de radiodifusão, que deverá operar a partir de 91, com participação da sociedade civil.

No Peru, as organizações sociais, após a vitória do presidente Fujimori, solicitaram o direito constitucional de transmitir uma programação semanal da sociedade civil. Começa a se estudar mudanças nas leis de comunicação no país.

No Chile, após a posse de Patriício Aylwin, o Canal 7, TV Nacional, propriedade do Estado, abriu a programação para programas autóctones e produção independente, conseguindo subir para o primeiro e segundo lugares de audiência no horário nobre. Prefeituras locais de vários países estão estudando a possibilidade da instalação de TVs públicas com participação da sociedade. Na Argentina, desde 1988, vive-se a explosão de emissoras comunitárias de baixa potência para rádio e televisão.

Os anos 90 anunciam grandes mudanças na TV brasileira. Temos atualmente cerca de 200 emissoras, 4 grandes redes e uma quinta, a TV Record, organizando sua network. Na Grande São Paulo, segundo o

Jornal de Telecomunicações, já existem 25 canais de televisão. Sete são em VHF, 12 em UHF e SHF. Em VHF - Globo, Manchete, Bandeirantes, SBT, Cultura, Gazeta, Record. Em UHF e SHF (de domínio público):

EMISSORA	CANAL	PROPRIETÁRIO
TV Jovem Pan	16	Rádio Jovem Pan
TV Paulista Metro	19s	Globo
TV Luqui	21	Luciano do Valle
TV Abril	24s	Editores Abril
TV Abril	32	Editores Abril
Canal + UHF 29	29	Sharp (*)
TV Trindade	53e	Fundação Evangélica Trindade
TV Alpha	50s	Lauro Fontoura (**)
TV ABC	40	Rádio Diário do Grande ABC
TV Metropolitana	49e	Jair Sanzoni, Mogi das Cruzes
TV Metropolitana	58e	Jair Sanzoni, Guarulhos
TV Diadema	26e	

(*) Transmite a TVM, a CNN, a RAI e a SPN.

(**) Transmitirá a BBC de Londres.

Recentemente, o Sr. Joel Marciano Rauber, Secretário Nacional de Comunicações, anunciou no I Encontro Nacional das Comunicações, realizado em junho de 1990, em São Paulo, o fim das reservas de mercado, a abertura à entrada de novos fornecedores estrangeiros, o abrandamento da proteção ao produto nacional e a privatização de alguns serviços de telecomunicações. Disse ainda: "estamos estudando a legislação para ver os serviços onde a privatização é possível. Na comunicação de dados via satélite, por exemplo, nada impede que alguns usuários formem grupos e explorem diretamente o serviço".

No mesmo encontro, o Sr. Joost

Van Damme, presidente da Telebrás, contou que "há um ditado popular que diz: o melhor negócio do mundo, depois do petróleo, é a exploração dos serviços de telecomunicações". Com efeito, são freqüentes notícias como a entrada no Brasil do grupo Hachette, francês; a Villares diversificando para a área de telecomunicações, a NEC ampliando suas atividades, a Philips e a própria Victory (do Sr. Roberto Marinho) realizando "lobbies" pela privatização de serviços de telefonia; a FIAT instalando o seu próprio sistema de transmissão de dados; e o sistema financeiro organizando-se autonomamente na área de telecomunicações.

SEGMENTAÇÃO E MERCADO INTERNACIONAL

Os novos governos latino-americanos também enfrentam, com a estratégia da modernização, os desafios da dependência ao ampliarem o aparato tecnológico e o de telecomunicações, à venda pelas corporações internacionais. A regionalização e a segmentação, inevitáveis com a entrada no mercado de novas emissoras, tendem a mudar substantivamente o caráter da televisão e da comunicação nos próximos anos.

Nesse momento, a crise econômica que afeta o continente já carrega elementos de mudança: várias emissoras tentam uma outra inserção no mercado, vendendo seu espaço publicitário a preços muito baixos; outras estão substituindo o patrocinador de programas da emissora, pela venda inteira do horário. Por outro lado, com o barateamento do uso dos satélites, a impossibilidade de controle das transmissões transfronteiras tornou-se inevitável a

entrada em toda a América Latina de emissoras internacionais como CNN (USA), RAI (Itália), TVE (Espanha), BBC (Inglaterra), a Globo (Brasil) nos países vizinhos do Cone Sul e as TV a cabo (dos EUA) no México, para citar algumas.

A reorganização do mercado de compra e venda de imagens também deve sofrer mudanças, sobretudo com a entrada das novas emissoras em UHF, atingindo as áreas de cinema, produção seriada de televisão e vídeo. De acordo com estimativas de profissionais do setor, o novo mercado até o final da década vai exigir oito vezes mais horas de programação que o atual. E a grande pergunta é: quem vai preencher os novos espaços?

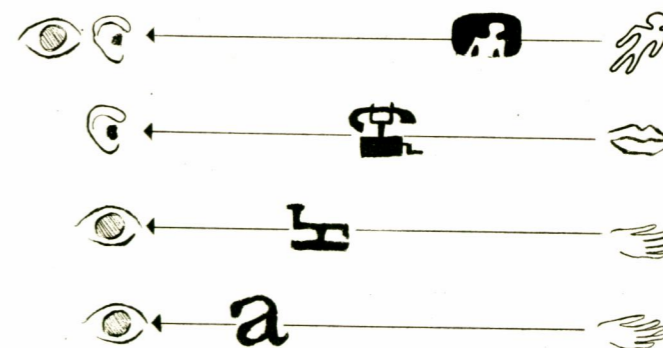
Certamente a tendência mais simples será a importação de programas e a compra de reprises. O grande desafio, portanto, é fazer da presente multiplicidade de canais um elemento que favoreça a democratização dos meios. Claro que mais canais de transmissão não garantem a pluralidade, mas é condição primordial para isso, já que a intervenção nas redes existentes é difícil, tanto por seu tamanho, peso político e econômico, como por sua capacidade de "lobby" e pelas leis existentes.

Quanto aos satélites domésticos - Brasilsat (Brasil) e Morelos (México) - eles permanecem na América Latina sob controle do Estado. A verdade é que ainda não iniciamos as discussões sobre o direito de uso para transmissão de imagens

e som, nem mesmo do tempo ocioso. Em outros países de legislação democrática, têm sido realizadas experiências interessantes através do aluguel de tempo do satélite. No Brasil, a única experiência exitosa por parte da sociedade civil é a da transmissão de dados, a partir do nodo AlterNex montado pelo Ibase, no Rio de Janeiro, que possibilita o acesso das instituições sociais à rede de bancos de dados, ao correio eletrônico e à organização de um sistema informativo para as organizações não governamentais de toda a América Latina. O projeto foi apoiado pelas Nações Unidas.

A segmentação, ou a delimitação do campo de mensagem (só música jovem, esporte, jornalismo, filme, desenho animado, etc.) é o novo mercado que se abre na área de televisão, assim como o que já existe nas rádios FM. Decorre da expansão do mercado, da entrada de outros grupos empresariais da informação e de tecnologias que facilitam novas possibilidades de produção e distribuição.

Os novos canais de televisão, de alcance limitado, não poderão introduzir regras e processos de produção com equipamentos e custos iguais aos das grandes redes. A segmentação, portanto, é uma alternativa para a televisão, uma busca de novos públicos, com custo reduzidos e com a mesma lógica das "networks". Elas avançam no sentido da internacionalização acelerada do conteúdo. Os chamados critérios de qualidade são transferidos para ou-



tros níveis de sofisticação técnica, rapidez informativa, transmissões ao vivo e outros processos criativos, principalmente através do envolvimento direto do público cativo.

A nova realidade, com a aprovação dos canais em UHF e SHF, passa pela multiplicidade dos canais, atomização das mensagens e disputa acirrada da audiência. Do ponto de vista da democratização da sociedade, de nada adianta termos dezenas de emissoras, onde o lucro seja o único parâmetro de funcionamento e onde a segmentação da programação não tenha limites.

Para que a sociedade como um todo possa estar presente nesse novo espaço audiovisual, ela deve ter o direito de controlar parte desse espaço, estabelecendo prioridades que atendam suas necessidades informativas, escolhendo o que vê e produzindo o que não está disponível.

ALGUMAS CONCLUSÕES

1. A década de 80 foi um paraíso para corporações internacionais, joint-ventures, e para a expansão das telecomunicações e dos sistemas de comunicação na América Latina. Se considerarmos que não dispomos de uma indústria avançada no setor – com raras exceções – comprovamos o novo celeiro telemático instalado em nosso continente, que dará seus frutos na década de 90.

2. Os atuais projetos de expansão e aparente democratização dos meios de comunicação – é preciso ter claro – interessam principalmente ao livre mercado e ao frenesi neoliberal. O Brasil acaba de derrubar, lenta e gradualmente, a reserva de mercado. A compra dos dois novos satélites evidenciou a força dos Estados Unidos junto ao governo brasileiro com relação à concorrên-

cia franco-canadense. Por outro lado, a Espanha promete um verdadeiro Plano Marshall para as telecomunicações na Argentina, já em andamento (6) e a Itália acaba de assinar um amplo contrato para a expansão dos serviços de telefonia no Brasil, enquanto o Pacto Andino prepara o lançamento do satélite Simón Bolívar, como parte do Projeto Condor, etc.

3. Tudo isso aconteceu, mas não se pode afirmar que a decisão sobre esses projetos tenha sido democrática, com a participação da sociedade civil. O mais correto seria afirmar que a maioria dos latino-americanos não tem idéia do que está acontecendo e do que tudo isso representa para cada cidadão e para o futuro do continente.

4. É necessário pensar em alternativas concretas para a formação de uma frente democrática que busque:

a) fortalecer e organizar movimentos sociais em defesa da democracia e da democratização dos meios de comunicação, para garantir os direitos civis, o direito de defesa, de acesso à informação e aos meios de comunicação;

b) formar urgentemente um bloco parlamentar progressista para mudar as leis de comunicação e de telecomunicações e regulamentar a nova Constituição;

c) preparar profissionais conscientes sobre a vulnerabilidade do atual processo de comunicação para a verdadeira democracia social;

d) pesquisar e formar um mercado de produção audiovisual endógena, que possa interferir na importação dos enlatados, a exemplo das preocupações da Comunidade Econômica Européia;

e) debater amplamente com a sociedade civil sobre os seus direitos individuais, sobre TV pública e de acesso público, TV segmentada, regionalização, e TV transfronteira, sobre a formação de Conselhos de

Comunicação, de associações de telespectadores, etc., como já fazem outros países preocupados com seu futuro.

O tempo está contra. Mais do que nunca os setores progressistas têm diante de si a grande responsabilidade de ajudar a sociedade civil a criar instrumentos de defesa contra a massificação e a internacionalização cultural de nossos países. □

NOTAS

(*) Este texto é uma condensação do trabalho "Educação para o Desenvolvimento: o local e o internacional", apresentado pela autora no encontro América Latina, Caribe e Europa, realizado em Santiago do Chile, em março de 1991.

(1) Alejandro Alfonzo L. - Televisión de Servicio Público, Televisión Lucrativa en América Latina (documento de trabajo, Ministerio de la Cultura de Venezuela), Caracas, Venezuela, julio de 1990, pp.4.

(2) A internacionalização da produção audiovisual na etapa atual cria novas relações de mercado. Embora os Estados Unidos sejam os maiores exportadores de programas, o Japão detém atualmente 25% da indústria do cinema norte-americano, após a compra da Columbia pela Sony e da MCA/Universal pela Matsushita, ambas em 1990.

(3) Tapio Varis - "International Flow of Television Programmes", UNESCO, Estudios y documentos de Comunicación Social, No. 100.

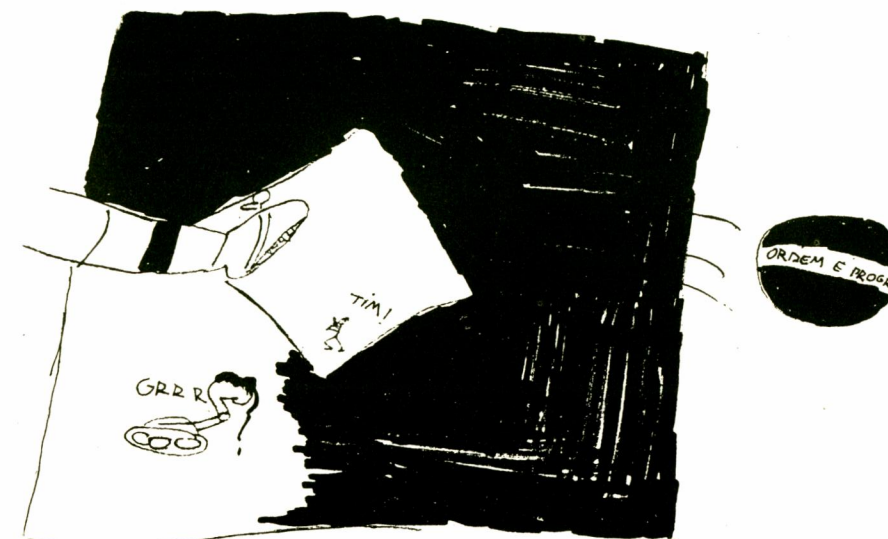
(4) World Radio/TV Handbook, edição de 1988, elaboração de A. Alfonso. No caso brasileiro, há emissoras como a TV Globo e a TV Cultura, para citar dois exemplos, cuja produção atinge cerca de 80% da programação da emissora, transmitida em rede.

(5) Daniel Herz - "Quadro síntese das concessões e permissões outorgadas durante o governo Sarney", mimeo, 1989.

(6) A privatização da ENTEL, da Argentina, é a de maior envergadura realizada até agora na América Latina. Foi comprada pelo capital espanhol, assim formado: 10% pela Telefónica de España; 8,4% pelo Banco Central de España; 5% pelo Banco Hispano; 0,9% pelo Banco Atlântico; todos se somaram a um pacote de 26,3% da COINTEL, sociedade proprietária da TASA, Telefónica Argentina, segundo informações de EL País, Espanha, edição internacional, 26 de novembro de 1990, pp.25.

A ESCOLA NO BRASIL É UMA COMÉDIA...

A escola primária brasileira não ensina, as estatísticas sobre repetência e evasão de alunos são assustadoras, mas as autoridades ignoram o que se passa dentro das salas de aula e insistem que a solução é construir novos prédios.



Desenho de Henrique Nakano de Souza, 9 anos.

SÉRGIO COSTA RIBEIRO
Pesquisador do Laboratório Nacional de Computação - CNPQ

Todo humorista sabe que o sucesso de seu trabalho está ligado a um mandamento básico. Uma situação de realidade cotidiana e de conhecimento geral é retratada com um certo exagero que, por sua vez, não pode ser exagerado demais pois perderia o contato com esta mesma realidade e se tornaria ridículo, perdendo a graça.

O programa "A Escolinha do Professor Raimundo", de Chico Anísio, devido ao seu IBOPE, não deve estar fugindo a esta regra. Podemos observar na "Escola" algumas características de nossa escola de Primeiro Grau, principalmente a de 1ª. à 4ª. séries, unidocente.

O primeiro ponto que nos chama a atenção é a constatação de que o professor não ensina nada a seus alunos, apenas cobra conhecimen-

tos. Em seguida, observamos que os alunos nada sabem e sua avaliação redonda, em sua esmagadora maioria, num conceito nulo. A exceção fica por conta de um único aluno, que o professor gostaria que fosse seu filho e que, na vida, é realmente filho do humorista, que tudo sabe, e só pode ter aprendido em casa. Outro fato que causa espécie é o tipo de avaliação a que são submetidos os alunos: pura memorização de conhecimentos, em grande parte inúteis no mundo de hoje. Quando uma operação matemática das mais simples é arguida, a resposta errada é aceita por argumentos de tolerância escondidos atrás de um interesse sensual do velho professor.

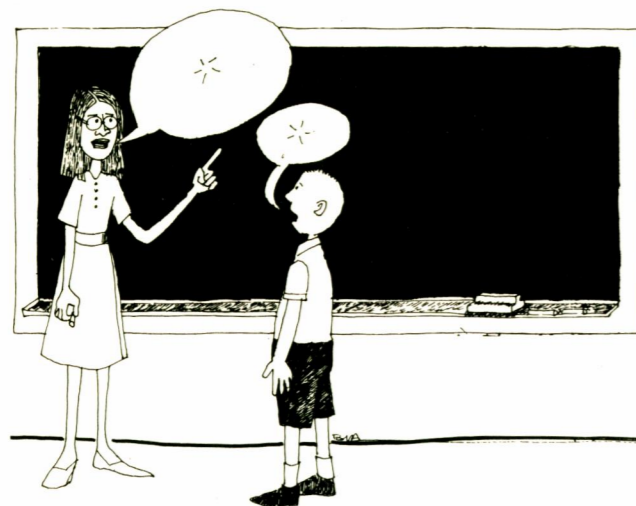
Aparecem também uma série de preconceitos sociais já clássicos na literatura sociológica da Escola,

principalmente a cor e o nível sócio-econômico dos alunos.

Esta caricatura da escola brasileira mostra algumas práticas conhecidas de nossa pedagogia e esconde outras que não são percebidas pelo grande público, senão vejamos.

A escola não ensina. Ela cobra conhecimentos que são adquiridos nos "deveres de casa", ajudados pelos pais (o caso da personagem que faz redações). O professor sequer tenta orientar ou corrigir o texto, apenas dá uma nota baixa.

Descontando-se o exagero da charge, o que este quadro mostra é o caráter preceptor da escola. Nas suas origens, o ensino das elites rurais brasileiras era feito por preceptores que "administravam" a educação que os pais, educados na Europa, passavam a seus filhos, in-



clusive decidindo os livros-textos a serem usados. Este modelo foi aos poucos se estendendo às escolas de classe média e às escolas populares, na medida em que o ensino foi se expandindo pela população do país. Esse preceptor não chega a ocupar uma posição importante na escala de prestígio de nossa sociedade. O baixo salário é, em parte, fruto desta tradição.

É bom lembrar que até há pouco mais de um século era proibido alfabetizar os escravos no Brasil. Agora esta restrição não existe, pelo menos de forma explícita, na legislação em vigor.

A principal consequência desta cultura pedagógica é o não compromisso dos professores com o aprendizado e a promoção de seus alunos. A prática da repetência é a materialização desta pedagogia.

A PEDAGOGIA DA REPETÊNCIA

Na escola brasileira a repetência é altíssima, bem maior que os dados oficiais acusam. Na matrícula da 1ª. Série do Primeiro Grau, por exemplo, mais de 50% dos alunos são repetentes por uma ou mais vezes e esta condição subsiste no Brasil há,

terem permanecido quase sete anos na escola, devido às sucessivas repetências, a opção pelo trabalho já começa a ser importante e ajuda a probabilidade de evasão escolar.

Apesar deste quadro, os jovens no Brasil hoje freqüentam a escola de 1º. Grau por cerca de 8,5 anos, tempo mais do que suficiente para que todos terminem este grau de ensino. No entanto, com a enorme repetência e as evasões que ela produz, apenas cerca de 40% dos jovens concluem a oitava série.

Podemos ir um pouco mais além e analisar as diversas formas de repetência que são praticadas no Brasil. Comparando as bases de dados do Censo Escolar do MEC e das PNADs (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) do IBGE o professor Rubem Klein (2) que pelos dados escolares, na forma como são coletados pelo MEC, o número de alunos novos em cada série é maior do que o número de aprovados na série anterior, e que existe um número alto de alunos afastados por abandono durante o ano letivo. A matrícula inicial do MEC é muito próxima da matrícula coletada pelas PNADs no final do ano letivo e, portanto, os "afastados por abandono" freqüentaram a escola durante todo o ano. Estes alunos simplesmente não fizeram a avaliação final e não são contados como repetentes, já que não foram reprovados, e, assim, são matriculados como novos na série seguinte. Esta constatação, além das distorções que produz nas estatísticas oficiais do País, indica uma forma de repetência branca (ou preta) onde os alunos são "aconselhados" pelos professores a não se submeterem aos exames finais já que fatalmente serão reprovados. Na 1ª. Série do Primeiro Grau estes alunos representam quase 13% da matrícula.

Existe, ainda, no sistema educacional brasileiro, uma terceira forma de repetência ainda mais perversa, a

subseriação da 1ª. Série. Facilmente detectada nas análises de Klein, esta série é subdividida em 1ª. Série A, B, C, etc. (ou qualquer outro nome que se invente) de tal forma que os alunos são aprovados, mas continuam na 1ª. Série no ano seguinte. São os chamados repetentes aprovados. Estes alunos representam cerca de 10% da matrícula desta série.

O DESAFIO DA QUALIDADE

O que este cenário está indicando é que, apesar do progresso que representa a universalização do acesso à educação elementar em nosso país, os mais importantes problemas da Educação não foram sequer percebidos corretamente pela sociedade ou pelos governos.

Hoje, no 1º. Grau, há um número de indivíduos matriculados ligeiramente superior ao da população de sete a 14 anos. Mesmo assim, escolas continuam a ser construídas como se houvessem ainda crianças sem estudar por falta de vagas. Os problemas que existem dentro da escola, sua pedagogia, seu descompromisso com o aprendizado e com a promoção dos alunos, são simplesmente ignorados.

Hoje o mundo está mudado. A condição de um país com matérias primas abundantes, com baixa escolarização da população e conseqüente baixa competência de sua população economicamente ativa, não é mais um fator competitivo diante da universalização do capital e da tecnologia. A promessa do governo Collor de nos levar ao Primeiro Mundo parece uma grotesca piada diante dos desafios que nosso sistema educacional apresenta.

Mas há uma esperança. É possível que nossos empresários percebam que o futuro de suas empresas está diretamente ligado ao nível educacional não só de seus operários, mas principalmente dos consumidores de seus produtos, isto é, de toda população.

O caminho parece ser a criação de uma cultura avaliativa no sistema educacional de forma a promover uma competição sadia entre as escolas, enfrentar com coragem e determinação o corporativismo malsão, que domina os profissionais da educação e os empresários do ensino privado. Esta não é uma tarefa fácil nem rápida. É um projeto para a próxima geração, não para a próxima eleição. Nesta luta, não podemos nos dar ao luxo de desprezar qualquer aliado. O "lobby" dos empresários, que precisam de competitividade, tem que ser exerci-

do junto a todos os atores do processo, desde o governo federal até os prefeitos dos menores e mais pobres municípios, dos grandes empresários do ensino, à pequena sala de aula de fundo de quintal das favelas.

Muito se discute sobre como avaliar a escola, seu currículo, seus alunos, seus professores. Esta é uma discussão estéril. É preciso avaliar tudo, de todas as formas imagináveis, discutir os resultados, divulgar seus indicadores, promover o debate com toda a sociedade, utilizando todos os meios de comunicação possíveis.

E a urgência desta revolução na cultura de nosso sistema educacional é como a história daquele sábio que, ao plantar a semente de uma árvore com certa pressa, foi lembrado por um discípulo que a árvore levaria cem anos para crescer e imediatamente retrucou: - Então, não podemos perder nem um segundo! □

NOTAS

(1) Ribeiro, S. Costa, "A Pedagogia da Repetência" in Tecnologia Educacional, vol. 9, no. 97, p.13, ABT, Rio de Janeiro, nov./dez. 1990.

(2) Klein, R., "Relatórios", Assessoria ao MEC, financiada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, (PNUD), Project Symbol: BRA/90/026 - M.O.D. no. 91 - 006, fev./jun., 1991, mimeo.



LEIA E ASSINE

TEMPO E PRESENÇA

Povos indígenas, movimentos operário e camponês, educação popular, meio ambiente, ecumenismo e dívida externa são alguns dos temas tratados em *Tempo e Presença*, uma publicação bimestral voltada para o conjunto do movimento popular. Na caminhada por uma sociedade mais justa e democrática, é leitura indispensável.

<input type="checkbox"/> Assinatura anual	Cr\$ 2.000,00
<input type="checkbox"/> Assinatura de apoio	Cr\$ 2.500,00
<input type="checkbox"/> Exterior	US\$ 50
<input type="checkbox"/> Número avulso	Cr\$ 400,00

Faça sua assinatura através de cheque nominal para o CEDI, aos cuidados do Setor de Distribuição Rua Santo Amaro, 129 - CEP 22211 - Rio Janeiro - RJ.
Av. Higienópolis, 983 - CEP 01238 - São Paulo - SP.

O PCB CONTINUA

DULCE CHAVES PANDOLFI

Pesquisadora do CPDOC/Fundação Getúlio Vargas

O último congresso do Partido Comunista Brasileiro foi palco de acirradíssima disputa. Para um observador atento, mas sem conhecimento da tradicional capacidade de conciliação do velho partidão, o "racha" era inevitável.

Mesmo não sendo aquele um lugar propício para reflexões históricas, a maioria dos congressistas conhecia a trajetória do seu partido. Num país sem tradição partidária, os comunistas sentiam orgulho de pertencer ao mais antigo partido da história do Brasil.

Ao longo dos quase 70 anos, o PCB desfrutou de poucos momentos de legalidade. Na década de 20, sua vida legal foi episódica. Clandestino nos anos 30, o partido durante a ditadura Vargas foi praticamente dizimado. Alguns militantes propunham nessa ocasião sua dissolução e defendiam uma aliança com os liberais para combater o Estado Novo. Em 1943, na Conferência convocada para definir os rumos do partido, esta posição foi derrotada e o PCB explicitou seu apoio a Vargas. A opção do governo brasileiro de participar no Conflito Mundial, para derrotar o nazifascismo, fazia de Vargas um aliado. Em março de 1945, com a redemocratização do país, os comunistas saíram da clandestinidade. Sob a liderança de Luiz Carlos Prestes, o partido adquiriu projeção nacional. Concorrendo com candidato próprio à presidência da República, conseguiu atingir 10% do eleitorado. Com bancadas expressivas em diversos estados da federação, o PCB tornou-se, dentre as 13 agremiações partidárias, a quarta força eleitoral do país. No movimento sindical, sua participação também foi significativa nessa época. Em 1947, o PCB foi colocado na ilegalidade. Na década de 50, e até meados dos anos 60, o partido, mesmo ilegal, permaneceu influente junto aos vários setores da sociedade. Em 1985, o PCB foi legalizado. Com a sua existência formalmente assegurada, o partido não conseguiu recuperar a vitalidade. A idéia de dissolução retornou. A perda crescente de legitimidade, consubstanciada na fraqueza eleitoral e na pequena inserção social, passou a ser admitida por todos.

A crise do movimento comunista internacional aumentou sua fragilidade, definindo a temática do recente

congresso. Era preciso repensar o partido e o socialismo. Como pano de fundo estava a questão da democracia. Para a maioria, era um ideal universal. Para outros, constituía um instrumento de impulso ao projeto revolucionário. Sempre adjetivada, insistiam na oposição entre democracia formal e democracia real. No discurso de uma sofrida militante nordestina, democracia era pão, terra e trabalho. A sua declaração sintetizava uma concepção tradicional.

Este não era um debate novo. O congresso reproduziu situações que no passado provocaram inúmeros "rachas" e expurgos. No final da década de 50, o PCB, em nome da democracia, abandonou a tese da ditadura do proletariado e adotou o caminho pacífico para a revolução brasileira. A profunda luta interna, então desencadeada, culminou em 1962, com a cisão. Os comunistas, ficaram divididos em duas agremiações. O velho PCB mantinha a opção pela conciliação e pelo reformismo. O PCdoB, adotando concepções mais revolucionárias, preservava fidelidade absoluta à ortodoxia marxista-leninista. Anos mais tarde, surgiam novos agrupamentos partidários. O processo de cisões no PCB parecia interminável.

A VELHA POLÍTICA

A novidade deste último congresso foi a radicalidade em torno da questão democrática e a efetiva participação dos militantes. Grosso modo, duas concepções polarizaram discussões. Vocabulários distintos refletiram diferentes visões de mundo: luta de classes, miséria, imperialismo, modo de produção, internacionalismo proletário, em oposição à humanismo, progresso, paz mundial, pluralismo, liberdade.

Para os que compunham a tendência "Fomos, Somos e Seremos Comunistas", o fundamental era reafirmar os princípios revolucionários do partido da classe operária. As concepções originais de Marx, Engels e Lenin deveriam permanecer como o guia fundamental do PCB. O centralismo democrático tinha de ser preservado. Para ser vanguarda, o PCB deveria ter unidade de pensamento, de vontade e de ação. Ao analisar a crise do Leste Europeu, admitiam que desvios de percurso possibilitaram a as-

cenção de grupos interessados na restauração do capitalismo, desvios em parte justificados, pela pressão permanente do imperialismo. Mas nem tudo estava perdido. No interior daqueles países, forças revolucionárias já estavam emergindo, para retomar o curso do Socialismo.

Para os que defendiam o programa "Socialismo com Liberdade e Democracia", liderados por Roberto Freire, tudo estava por construir. Afirmavam de forma enfática o fracasso do "socialismo real". Diferentemente do passado, não admitiam mais nenhum modelo-guia. O grande desafio dos socialistas era elaborar um novo projeto político: uma alternativa tanto para o já esgotado socialismo real, como para o ainda atual welfare-state social-democrata. A sociedade civil deveria ser sempre soberana perante o Estado. Propunham um novo partido, pluralista, sem os antigos dispositivos rígidos, formais e hierárquicos. Não aceitavam mais o centralismo-democrático. A tese da "ruptura revolucionária" deveria ser substituída pela "revolução processual". Diferentemente dos seus opositores, consideravam falsa a dicotomia entre reforma e revolução.

Mas, ao final do congresso, o que parecia inconciliável tornou-se conciliável. A tradição falou mais alto. Com concepções diferentes, todos queriam renovar, mas ninguém queria abdicar do patrimônio histórico construído ao longo de sete décadas. Para não destruir o antigo PCB, fizeram-se concessões mútuas. Todos se sentiam vitoriosos. Ninguém teve que abandonar o partido e as duas correntes ganharam representação no Comitê Central.

Para o grupo minoritário, "Fomos, Somos e Seremos Comunistas" a derrota do programa político teve pouco significado. Ameaçado de dissolução, o PCB parecia agora imortal. Para o grupo majoritário, a vitória no campo ideológico, ainda que parcial, abriu perspectivas para o renascimento dos ideais socialistas. Acreditando que o tempo contará a seu favor, adiaram para o futuro a implementação de um novo projeto. As certezas haviam sido enterradas. Muitas eram as dúvidas. Resta saber se esse novo projeto será compatível com a velha estrutura. □

POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS

Receba em seu endereço, a cada mês, a análise das últimas medidas do governo federal e as suas conseqüências na sociedade brasileira.

Uma visão crítica da conjuntura nacional, que você não encontra na imprensa.

NOME _____

ENDEREÇO _____

BAIRRO _____ CEP _____ TEL _____

CIDADE _____ ESTADO _____

PROFISSÃO/ATIVIDADE _____ DATA _____

Envio anexc: Vale Postal Cheque nominal ao IBASE

Peça mais informações pelo telefone (021) 286-0348.

ASSINATURA	SEMESTRAL	ANUAL
BRASIL	Individual - Cr\$ 2.800,00	Individual - Cr\$ 4.900,00
	Institucional - Cr\$ 3.900,00	Institucional - Cr\$ 7.200,00
EXTERIOR	Individual - US\$ 35,00	Individual - US\$ 60,00
	Institucional - US\$ 50,00	Institucional - US\$ 85,00

Aproveite para mandar o nome e endereço de três amigos. Eles receberão GRÁTIS um exemplar da PG.

NOME _____

ENDEREÇO _____

NOME _____

ENDEREÇO _____

NOME _____

ENDEREÇO _____

IBASE

- ▶ O IBASE (Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas) é uma instituição não governamental, suprapartidária, sem fins lucrativos ou vinculação religiosa, que tem por objetivo democratizar a informação para democratizar a sociedade.
- ▶ Criado em 1981, o IBASE trabalha com a pesquisa de dados sobre a realidade sócio-econômica brasileira, buscando não só a análise dos indicadores divulgados pelos organismos oficiais, como também a elaboração de novas informações.
- ▶ O IBASE pretende, desta forma, contribuir para o fim do monopólio da informação e apresentar a todos os segmentos da sociedade brasileira, principalmente aos movimentos populares organizados, uma visão crítica e alternativa da conjuntura nacional.
- ▶ Entre os serviços do IBASE estão a consultoria nas áreas de economia, estatística, telemática, comunicação social, estrutura agrária, meio ambiente, sindical, e cooperação internacional. Além disso, o IBASE promove cursos, palestras, e produz publicações, programas de rádio, audiovisuais e vídeos, que estão à disposição do público e possuem uma linguagem de fácil compreensão.
- ▶ O IBASE é uma entidade autônoma, comprometida com a defesa dos direitos humanos, com a preservação do meio ambiente, com a justiça, o bem-estar social e, acima de tudo, com a participação de todos os brasileiros na construção da democracia no Brasil.

DIRETORIA EXECUTIVA: Herbert de Souza, Carlos A. Afonso e Cândido Grzybowski
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO: Fernando Sá
DIRETORIA DE COOPERAÇÃO: Átila Roque
DIRETORIA DE TELEMÁTICA: Ricardo Dias Campos e Saliel Figueira Filho
DIRETORIA DE ELABORAÇÃO E CONSULTORIA: Jaerson Lucas Bezerra
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO: Fátima Moura

Atualmente o programa do IBASE é apoiado pelas seguintes instituições internacionais:

ALEMANHA: BROT (Pão Para o Mundo), EZE (Associação Evangélica de Cooperação e Desenvolvimento) e MISEREOR (Ação Contra a Fome e Doenças no Mundo)

CANADÁ: CCODP (Organização Católica Canadense para o Desenvolvimento e a Paz) e UCC (Igreja Unida do Canadá)

ESCÓCIA: SCIAF (Fundação Católica Escocesa para Assistência Internacional)

FRANÇA: CCFD (Comitê Católico Contra a Fome e pelo Desenvolvimento) e CIMADE (Serviço Ecumênico de Cooperação)

HOLANDA: CAF (Fundação para Assistência à Comunicação), ICCO (Comissão Intereclesiástica de Coordenação para Projetos de Desenvolvimento), NOVIB (Organização Holandesa Para a Cooperação Internacional ao Desenvolvimento) e VASTENAKTIE (Campanha Episcopal de Quaresma da Holanda)

INGLATERRA: OXFAM e SAVE THE CHILDREN (Instituição Britânica de Apoio às Crianças)

ITÁLIA: CESVI (Cooperação e Desenvolvimento), CROCEVIA (Organismo Não-Governamental de Cooperação e Solidariedade Internacional), MLAL (Movimento Laico para a América Latina) e CGIL (Projeto Sviluppo).

IRLANDA: TROCAIRE (Agência Católica para o Desenvolvimento Mundial)

SUÉCIA: UBV (Cooperação Técnica Sueca)

SUÍÇA: AÇÃO QUARESMAL DOS CATÓLICOS SUÍÇOS, LWF (Federação Mundial Luterana), TERRE DES HOMMES e FIM (Frontier Internship in Mission)

USA: FUNDAÇÃO FORD, IAF (Fundação Interamericana), NCCC (Conselho Nacional das Igrejas de Cristo) e FUNDAÇÃO JESSIE SMITH NOYES

ONU: PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento)

PROJETOS ESPECÍFICOS DE ENTIDADES NACIONAIS: FAPERJ (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro) e FINEP (Financiadora de Estudos e Projetos).

IBASE

Rua Vicente de Souza, 29 - Botafogo - Cep: 22251 - Rio de Janeiro - RJ

•Tel.: (021)286-0348 • Telefax: (021)286-0541 • Telex: 2136466 BASE BR • Geonet: GEO2:IBASE • PeaceNet mailbox:IBASE • EIES:1615 • AlterNex: (021)286-0024 • Via RENPAC (Brasil): 12150479 • Via RENPAC (Exterior): 72412150479

- BOA NOITE, SENHORAS E SENHORES TELESPECTADORES! VAMOS ÀS NOTÍCIAS DE HOJE!



- UM DEPUTADO VENDE COCAÍNA E DISTRIBUI CARROS ROUBADOS À FAMÍLIA - COMISSÃO DISCUTE SE ISTO PODE ENQUADRÁ-LO POR FALTA DE DECORO PARLAMENTAR



- JUÍZES E PROCURADORES ENVOLVIDOS EM ROMBOS NO INAMPS



- LABORATÓRIOS SOMEM COM MEDICAMENTOS ESSENCIAIS PARA A PRESERVAÇÃO DA VIDA!



- INAM COMPRO ALIMENTOS ESTRAGADOS A PREÇO SUPERIOR AO MERCADO E DA' PREJUÍZO DE 1.5 BILHÃO AOS COFRES PÚBLICOS



- ENFIM, SENHORAS E SENHORES, O PRESIDENTE PEDE QUE SEJAMOS OTIMISTAS

